


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0006761-47.2013.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Jornada de Trabalho**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 23/10/2013 16:57:31 faço estes autos conclusos ao
Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
subscrevi.

RELATÓRIO

Trata-se de mandado de segurança impetrado por ALESSANDRA LIANE ZINK BERGAMASCHI, HELOISA HELENA CASSIANO PERES DIAS, MARIA DO CARMO CASTRO, MERCEDES PRATAVIEIRA PIZZO, e SONIA MARIA FRANCELIN, voltando-se contra a aplicação, pelas impetradas DIRETORA DA E. E. PROFESSOR LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA e DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, do disposto na Res. SE nº 8/2012, que estabeleceu regras acerca do cumprimento da jornada de trabalho dos professores estaduais, sob o fundamento de que a Res. desrespeita a proporção determinada pela Lei Federal nº 11.738/2008, de no máximo 2/3 da jornada para as atividades em sala de aula.

A liminar foi denegada.

As autoridades prestaram informações.

O Ministério Público declinou de sua intervenção.

FUNDAMENTAÇÃO

O art. 2º, § 4º da Lei Federal nº 11.738/2008 determina que, na composição da jornada de trabalho do professor, observar-se-á o limite máximo de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

O propósito da regra é fixar, em termos objetivos, parâmetro para o cumprimento do art. 67, V da Lei nº 9.394/96, segundo o qual “os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público ...



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho”.

A proporção não foi imediatamente cumprida pelo Estado de São Paulo, o que motivou o Sindicato dos Professores (APEOESP) a impetrar mandado de segurança coletivo, demanda em que saiu vencedor, sendo determinado ao Secretário Estadual de Educação que respeitasse o limite de 2/3 previsto na lei federal.

Uma vez expedida a ordem no mandado de segurança, foi editada a Res. SE nº 8/2012, a título de cumprimento.

Segue a integralidade da Res. sem o anexo:

Dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino.

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, considerando o disposto no § 4º do artigo 2º da Lei federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que dispõe sobre a composição da jornada de trabalho docente com observância ao limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos, resolve:

Artigo 1º - Na composição da jornada semanal de trabalho docente, prevista no artigo 10 da Lei Complementar nº 836, de 30 de dezembro de 1997, com a redação dada pela Lei Complementar nº 1.094, de 16 de julho de 2009, observar-se-ão, na conformidade do disposto no § 4º do artigo 2º da Lei federal nº 11.738, de 16.7.2008, e do Parecer CNE/CEB nº 5/97, os seguintes limites da carga horária para o desempenho das atividades com os alunos:

I – Jornada Integral de Trabalho Docente:

a) total da carga horária semanal: 40 horas (2.400 minutos);

b) atividades com alunos: 26h40min (1.600 minutos);

II – Jornada Básica de Trabalho Docente:

a) total da carga horária semanal: 30 horas (1.800 minutos);

b) atividades com alunos: 20 horas (1.200 minutos);

III – Jornada Inicial de Trabalho Docente:

a) total da carga horária semanal: 24 horas (1.440 minutos);

b) atividades com alunos: 16 horas (960 minutos);

IV – Jornada Reduzida de Trabalho Docente:

a) total da carga horária semanal: 12 horas (720 minutos);

b) atividades com alunos: 8 horas (480 minutos).

Artigo 2º - Para cumprimento do disposto no artigo anterior, as jornadas de trabalho docente passam a ser exercidas em aulas de 50 (cinquenta) minutos, na seguinte conformidade:

I – Jornada Integral de Trabalho Docente:

a) 32 (trinta e duas) aulas;

b) 3 (três) aulas de trabalho pedagógico coletivo na escola;

c) 13 (treze) aulas de trabalho pedagógico em local de livre escolha;

II – Jornada Básica de Trabalho Docente:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

- a) 24 (vinte e quatro) aulas;
 - b) 2 (duas) aulas de trabalho pedagógico coletivo na escola;
 - c) 10 (dez) aulas de trabalho pedagógico em local de livre escolha;
- III – Jornada Inicial de Trabalho Docente:

- a) 19 (dezenove) aulas;
- b) 2 (duas) aulas de trabalho pedagógico coletivo na escola;
- c) 7 (sete) aulas de trabalho pedagógico em local de livre escolha;

IV – Jornada Reduzida de Trabalho Docente:

- a) 9 (nove) aulas;
- b) 2 (duas) aulas de trabalho pedagógico coletivo na escola;
- c) 3 (três) aula de trabalho pedagógico em local de livre escolha.

Parágrafo único – Os docentes não efetivos, que não estão sujeitos às jornadas previstas no artigo anterior, serão retribuídos conforme a carga horária que efetivamente vierem a cumprir, observado o Anexo desta resolução, que também se aplica aos efetivos cuja carga horária total ultrapasse o número de horas da jornada de trabalho em que estejam incluídos.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução SE nº 18, de 24 de fevereiro de 2006.
Resolução SE nº 8/2012.

Alegam os impetrantes que a Res. SE extrapolou o poder regulamentar, pois a somatória dos períodos nela estabelecidos leva a jornada de trabalho acima daquela prevista no art. da LC nº 836/97, que preceitua:

Artigo 10 - A jornada semanal de trabalho do docente constituída de horas em atividades com alunos, de horas de trabalho pedagógico na escola e de horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha pelo docente, a saber:

I - Jornada Básica de Trabalho Docente, composta por:

- a) 25 (vinte e cinco) horas em atividades com alunos;
- b) 5 (cinco) horas de trabalho pedagógico, das quais 2 (duas) na escola, em atividades coletivas, e 3 (três) em local de livre escolha pelo docente;

II - Jornada Inicial de Trabalho Docente, composta por:

- a) 20 (vinte) horas em atividades com alunos;
- b) 4 (quatro) horas de trabalho pedagógico, das quais 2 (duas) na escola, em atividades coletivas e 2 (duas) em local de livre escolha pelo docente.

§ 1º - A hora de trabalho terá a duração de 60 (sessenta) minutos, dentre os quais 50 (cinquenta) minutos serão dedicados à tarefa de ministrar aula.

§ 2º - Fica assegurado ao docente, no mínimo, 15 (quinze) minutos consecutivos de descanso, por período letivo.

A este magistrado os argumentos dos impetrantes haviam convencido, pois a despeito da distinção entre aula (50 min) e hora (60 min), do art. 10 acima resulta que as proporções entre atividades de aula e outras atividades pedagógicas seguem o padrão de horas e não de aulas, sem prejuízo de isto implicar em pequenos (e salutar) períodos de inatividade ou descanso de 10 min entre uma aula e outra. O próprio caput explicita que a jornada semanal é constituída “de horas em atividades com alunos”, e não de “aulas em atividades com alunos”.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

A despeito disso, curvo-me à jurisprudência tranquila do TJSP, que este juízo deve seguir de modo a assegurar isonomia na aplicação da lei, para garantir o primado da segurança jurídica.

É que o Direito, diz-nos DWORKIN, é um conceito interpretativo emanado pelas instituições jurídicas, não se admitindo que a resposta advenha tão somente da consciência íntima, individual e solipsista de um intérprete isoladamente considerado, olvidando a jurisprudência, especialmente a reiterada.

Nessa toada, a proporção, segundo Egrégio Tribunal, foi respeitada pela Res. 8/12, considerada a questão matematicamente e adotadas as premissas de que uma aula tem 50 minutos e uma hora 60 minutos. Exemplifiquemos pela jornada integral de 40 horas. São 2400 minutos, ou seja, 48 aulas. A proporção da Res. foi de 2/3, ou seja, 32, para aulas, e 1/3, ou seja, 16 (13 + 3), para trabalho pedagógico coletivo na escola e trabalho pedagógico em local.

Cumpre mencionar alguns precedentes do E. TJSP que adotaram igual entendimento: Ap. 0010001-39.2012.8.26.0482, 9ª Câmara, Rel. MOREIRA DE CARVALHO, j. 21.03.2013, v.u.; Ap. 0033870-57.2012.8.26.0053, 11ª Câmara, Rel. AROLDI VIOTTI, j. 15.03.2013, v.u.; Ap. 0005109-60.2012.8.26.0297, 8ª Câmara, Rel. PONTE NETO, j. 20.02.2013, v.u.; Ap. 0020690-96.2012.8.26.0562, 4ª Câmara, Rel. RUI STOCO, j. 28.01.2013, v.u.; Ap. 0004478-04.2012.8.26.0302, 10ª Câmara, Rel. Des. URBANO RUIZ, j. 25.03.13, v.u.; Ap. 0044040-25.2011.8.26.0053, 10ª Câmara, Rel. Des. Antonio Celso Aguilar Cortez, j. 20.05.2013, v.u..

DISPOSITIVO

Ante o exposto, DENEGO a segurança.

Sem condenação em honorários (art. 25, Lei nº 12016/09).

P.R.I.

São Carlos, 13 de dezembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA